

ACÇÃO PROFISSIONAL E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE GÊNERO.

Sandra LOURENÇO*
Ana Maria Ramos ESTEVÃO**

- **RESUMO:** A violência conjugal contra mulheres é uma das formas de materialização da violência estrutural inscrita no sistema de exploração-dominância pautado no capitalismo, patriarcado e racismo. Neste trabalho, fruto da tese de doutorado defendida em 2008 no Programa de Pós-Graduação da UNESP/Franca, analisou-se algumas das estratégias de enfrentamento desse fenómeno complexo, tendo como recorte analítico a operacionalização de ações dos profissionais da saúde pública. Objetivou-se neste estudo analisar o modo de pensar e de agir dos profissionais que atuam na saúde pública, no que toca à violência conjugal contra mulheres. Utilizou-se a abordagem qualitativa viabilizando condições para a compreensão da visão de mundo como imanente às ações dos sujeitos sociais, foco desta pesquisa. Optou-se por alguns instrumentos de coleta dos dados, tais como a observação participante, a entrevista e a análise documental. Com relação às respostas dos sujeitos da pesquisa, estas ocorreram de forma complexa e contraditória. As intervenções desses trabalhadores não colocaram em relevo a necessidade de superação da dominação-exploração baseada na classe, etnia/raça e patriarcado, o que implicou no não enfrentamento da violência doméstica conjugal e no não atendimento das reais demandas apresentadas pelas mulheres que a sofrem. Deparou-se também, com alguns sujeitos que demonstraram uma tentativa de rompimento da visão patriarcal, todavia, não conseguiram estabelecer nexos e conexões com uma análise mais ampla da realidade social e, dessa forma, não superaram uma visão tendencialmente falocêntrica.
- **PALAVRAS CHAVE:** gênero. violência doméstica. saúde pública. ações profissionais.

* Instituição: Universidade Estadual de Londrina –UEL/PR. Endereço: Rua Augusto Guerino, no. 195, apto 35. Jardim Portal de Versalhes I. CEP: 86057-240. Londrina/Paraná. Telefones (43) 3347-2026 ou (43) 8827-2324. E-mail: sanlouren@ig.com.br. Agência Financiadora: CAPES

** Professora livre docente aposentada do Departamento de Direito Público da UNESP campus Franca. Atualmente é coordenadora do curso de Serviço Social do Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé-MG
Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 151-159, 2009

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a ação dos/das profissionais que atuam na saúde pública frente à violência doméstica contra mulheres.

Neste trabalho, partiu-se do pressuposto que as políticas públicas, no caso a da saúde, são operacionalizadas por profissionais que recebem as mulheres atingidas pela violência doméstica, os/as quais não podem espontaneamente superar a visão patriarcal de gênero, hegemonicamente existente. Isto, portanto, incide diretamente na dificuldade do estabelecimento de medidas interventivas que atendam efetivamente as demandas apresentadas pelas usuárias desses serviços e que colaborem para o enfrentamento e combate da violência doméstica.

No intrincado campo da materialização das ações profissionais e da violência conjugal, houve uma diversidade de aspectos que foram estudados. Entretanto, focaram-se apenas alguns elementos que a pesquisadora considerou fundamentais para esta análise, já que se tornou impossível abarcar todos os elementos do real em uma única pesquisa, num curto intervalo de tempo. Assim propôs-se o estudo das respostas dos/das profissionais que atuam na saúde pública, tendo em vista o enfrentamento da violência doméstica contra mulheres no Município de Guarapuava/PR, no ano de 2007. Respostas estas que põem em movimento a produção de conhecimento, as Políticas Públicas e a legislação referentes a esse tipo de violência.

A escolha desse Município deu-se em função de que a pesquisadora, no momento da pesquisa, era docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste que se localizada em Guarapuava.

É importante deixar claro que, esta pesquisadora preocupou-se com a violência cometida contra mulheres, já que, somente em Guarapuava essa população constituiu aproximadamente 85,3% das vítimas ao passo que 76,5% dos agressores foram homens. A constatação de que o maior número de agressores no espaço doméstico foram homens e, em contrapartida, as mulheres foram as que mais sofreram com essa violação de direitos é um fenômeno que ocorre não somente nesse Município uma vez que, é derivado da ordem patriarcal de gênero, cuja primazia é masculina, compreendendo este o vetor da violência.

Comprovando as estatísticas no âmbito nacional, os agressores são aqueles com os quais as mulheres estabelecem relações de confiabilidade e de convivência, já que 57,4% dos perpetradores da violência são os homens com os quais as mulheres mantêm relação de conjugalidade.

METODOLOGIA

O método adotado para a produção do conhecimento aqui esboçado compreendeu o pensamento como um complexo contraditório e em permanente movimento situado em uma dada historicidade.

À guisa de perquirir o real, buscando responder aos objetivos propostos nesta pesquisa, a abordagem qualitativa trouxe contributos fundamentais. Dessa maneira, debruçou-se sobre o objeto, fazendo uso dessa abordagem, tendo em vista o olhar das/dos profissionais sujeitos desta investigação, o que viabilizou condições para a compreensão da consciência como imanente das ações dos sujeitos sociais, foco desta pesquisa.

Apesar das polêmicas em torno da questão qualitativa e quantitativa, acreditou-se que ambas são instituídas e instituintes do movimento do real em permanente interrelação, uma vez que qualidade e quantidade são inseparáveis (MINAYO, 2004). Desta forma, superou-se a visão dicotômica entre qualidade e quantidade, percebendo-as como um complexo constitutivo da totalidade.

A apreensão do modo de pensar e de agir dos sujeitos enquanto concreto pensado foi possível na medida em que a pesquisadora se aproximou não apenas de indicadores, dados, índices quantitativamente sistematizados. Evidentemente, eles alimentaram o estudo, porém foi imprescindível para essa análise perquirir profundamente o modo de pensar dos sujeitos, pois a consciência está imanentemente articulada à dimensão concreta da vida do sujeito social. Sujeito este que se objetiva no cotidiano, de maneira que ele não se desvincula da estrutura.

O uso da Triangulação foi um recurso interessante para essa apreensão, implicando na utilização de diversas técnicas de abordagens e de análises, de vários sujeitos e pontos de observação.

O recorte temporal também foi considerado para fins deste estudo, uma vez que foi preciso situar o objeto também na dimensão tempo. Assim, focou-se o ano de 2007, uma vez que, em 07 de agosto de 2006 foi criada a Lei 11.340. Esta Lei, mais conhecida como Lei Maria da Penha foi considerada um avanço no sentido de ampliação das medidas legais protetivas de urgência determinadoras de maior amparo às mulheres que sofrem violência doméstica e familiar.

Delimitou-se a pesquisa a partir dos primeiros cinco meses de criação da Lei Maria da Penha, acreditando-se que esse período de implantação poderia agregar um número maior e mais qualitativamente significativo de elementos para este estudo.

A relação mais próxima aos sujeitos, que compreenderam enfermeiras(os), médicas(os) e assistentes sociais, totalizando seis profissionais, foi inicialmente estabelecida em dezembro de 2006, por meio de contatos com diversos profissionais da Secretaria de Saúde de Guarapuava. Após o contato mais próximo com a dinâmica local e de análises, verificou-se que a escolha dos sujeitos deveria se pautar em alguns critérios considerados relevantes neste estudo, tais como: a qualidade das informações que os sujeitos possuíam provenientes de suas experiências, vivências por meio do atendimento de mulheres que sofreram violência e o programa ou setor de atuação.

Utilizou-se entrevistas semi-estruturadas para a coleta de informações junto aos sujeitos.

De posse dessas informações foi possível levantar categorias de análise, o que ocorreu não somente a priori, como também durante todo o processo de pesquisa. Para tanto, realizou-se o aprofundamento teórico a partir do estudo de referências, de anais de congressos, de publicações, de consulta e análise de dados estatísticos, entre outros que se fizeram necessários para a contextualização do Município e para o conhecimento do acervo teórico, já produzido, relativo ao objeto de estudo.

Enfim, trabalhou-se com práticas de pesquisa que consideraram o ser humano na sua totalidade, buscando a compreensão cada vez mais detalhada e profunda do movimento do real, aproximando-se assim do objeto de estudo. Para tanto, partiu-se de uma análise heurística, na medida em que os dados e informações coletados empiricamente iluminaram o caminho da discussão teórica, possibilitando a apreensão do real enquanto

concreto pensado e consideraram-se aqueles com os quais, estabeleceram-se contatos para a coleta de dados e informações enquanto sujeitos históricos e não como objeto.

RESULTADOS

O estudo sobre as intervenções desenvolvidas pelos/as profissionais que atuam na saúde, tendo em vista a violência doméstica contra mulheres, implicou na análise das particularidades das ações desses sujeitos que se concretizaram em determinadas condições objetivas em uma dada realidade. Particularidades essas entendidas no campo de mediações complexas, cuja materialização se articulou com a ordem societária vigente e também foi iluminada por concepções teóricas e consciências contraditórias.

A voz uníssona dos/das profissionais remeteu à constatação de que desconhecem qualquer estudo, legislação ou política pública no âmbito Federal e Estadual que abordem a questão da violência doméstica contra mulheres. Dois dos sujeitos afirmaram que sabiam da existência de alguma Lei sobre essa questão, entretanto, não demonstraram qualquer conhecimento sobre ela e nem ao menos conseguiram identificá-la. No tocante ao Município de Guarapuava, de fato não há nenhuma Política ou Legislação que trate dessa questão.

A constatação do desconhecimento dos sujeitos desta pesquisa em relação às Leis que dizem respeito à violência contra mulheres é alarmante. Se por um lado denota o despreparo desses sujeitos no que toca a esse fenômeno, por outro, torna-se uma barreira quase intransponível para a efetivação dos direitos das mulheres que sofrem violência e são por eles atendidas. Não é possível que os/as profissionais lutem contra esse fenômeno ou, no mínimo, veiculem informações a esse respeito, pois se trata de algo que lhes é estranho.

Além disso, não é possível a criação, por esses/essas profissionais, de estratégias e medidas de intervenção que garantam condições de acesso e garantia dos direitos, no que se refere às mulheres que sofrem violência. Falta-lhes densidade teórica nessa área uma vez que, os estudos, a legislação e as Políticas Públicas de combate à violência contra mulheres, não

constituem o cabedal de conhecimento das/dos profissionais que propõem e executam ações na área da saúde nessa localidade.

Nesse sentido, o atendimento das demandas das mulheres em relação à efetivação de seus direitos torna-se inexecutável. À exemplo disso, o descumprimento da Lei nº. 10.778, sobre a notificação compulsória, segundo a qual partir de 2003, todos os trabalhadores da saúde devem notificar todos os casos que tiverem conhecimento de violência contra mulheres. Interessante notar que alguns sujeitos chegaram a denunciar, porém verificou-se que foram ações isoladas, isto é, por iniciativas individuais de alguns e de algumas profissionais, não se tratando, portanto de uma rotina do serviço, o qual não apresentava nenhum suporte profissional específico para as usuárias que sofrem violência doméstica.

Interessante notar que todos os sujeitos relataram que atendiam ou já haviam atendido mulheres que sofreram violência conjugal, mas em nenhum momento haviam notificado esses casos. Quando questionados sobre a obrigatoriedade legal da notificação, todos os sujeitos alegaram desconhecimento sobre essa matéria.

Apenas uma enfermeira afirmou que sabia da existência de uma norma a esse respeito, mas não conseguiu precisá-la. Deparou-se, portanto com a imprecisão de dados a com relação à violência contra mulheres. Essa imprecisão se deu, segundo eles por conta de já não atuarem em determinado setor ou pela natureza do atendimento que, em geral era pontual e emergencial.

Muitas vezes os/as profissionais recorrem ao silêncio e não se comprometem com a criação de estratégias para o enfrentamento da violência conjugal contra mulheres. Além disso, há o estabelecimento de um abismo entre a/o profissional e a usuária que impede a relação dialógica e o empoderamento das mulheres atendidas nos serviços de saúde enquanto sujeitos do processo.

Um dos elementos considerados um limite para a ação profissional com relação à violência doméstica contra mulheres, foi o despreparo acadêmico em relação à esse fenômeno, que não foi estudado por nenhum dos entrevistados durante a graduação, nos cursos de pós-graduação e nem mesmo por iniciativa própria.

Um dado fundamental foi a afirmação de outros/as profissionais que, inclusive se recusaram a gravar entrevista, pois afirmaram que em nenhum momento em sua atuação, atenderam

mulheres que sofreram violência conjugal. Todavia, o que chamou a atenção da pesquisadora foi o relato de um/a desses/as profissionais que afirmou que algumas de suas usuárias relataram sofrer violência na relação conjugal, mas não considerou esse um fenômeno relevante. Isso comprova que há muitos e muitas profissionais que acreditam que a violência conjugal não necessita de intervenção, pois segundo essa perspectiva, essa é uma prática natural e até mesmo necessária.

Deparou-se com alguns depoimentos que demonstraram uma tentativa de rompimento da visão patriarcal, todavia, verificou-se que a análise no tocante à violência, pautou-se numa explicação superficial ou mesmo pontual sobre um dos elementos agravantes da violência conjugal contra mulheres, como problemas de ordem econômica, o desemprego, o alcoolismo. Todos esses influem nas relações interpessoais, mas não são os elementos decisivos na constituição de relações conjugais violentas. Se assim o fossem, a ocorrência desse fenômeno se daria somente entre pessoas pobres, desempregadas e alcoolistas, o que na verdade é uma visão simplista e pautada no senso comum que implica na desresponsabilização do perpetrador da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção social pautada no Sistema de Dominação-Exploração baseado no patriarcado, racismo e capitalismo, trata-se não da produção de objetos, mas da realidade humanizada, ou seja, da relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam em seu cotidiano, as particularidades da estrutura social. Nesse campo complexo de relações, alguns dos sujeitos sociais em foco nesta pesquisa, são indiferentes, são violentos na condução de suas ações em relação às mulheres e não conseguem dar visibilidade e, nem tampouco conseguem com precisão identificar as usuárias dos serviços que sofrem violência conjugal, porque reiteram o modelo pautado na ordem patriarcal de gênero.

O modo de pensar e de agir das/dos profissionais estudados estão claramente pautados nesse ideário e, dessa forma, consideram a violência conjugal contra mulheres como um fenômeno residual, algo que prescinde de ações profissionais, haja vista que, para eles é uma questão individual. Na esteira dessa compreensão, a violência contra as mulheres não passa de uma

violência contra a integridade de um determinado indivíduo e não como violação de direitos.

Para o enfrentamento da ordem patriarcal de gênero e de suas formas de materialização como as ações profissionais tendencialmente falocêntricas, é preciso que a formação profissional esteja comprometida com a apreensão crítica da realidade e com a perspectiva de gênero. Além disso, são fundamentais a elaboração e execução de políticas públicas e a dotação orçamentária no âmbito Federal, Municipal e Estadual. É necessário que sejam criados e implementados serviços de apoio e proteção e que se busquem coletivamente a superação dos limites institucionais e das condições objetivas postas ao trabalho profissional.

Enfim, é preciso traçar estratégias para a materialização de todos esses elementos conjuntamente articulados com um novo modo de pensar e de agir profissional que coloquem em xeque esse ideário. Evidentemente é uma arena onde interesses antagônicos travam duras lutas, porém é justamente essa arena contraditória que fornece as condições para a sua superação.

LOURENÇO, S.; ESTEVÃO, A. M. R. Professional action and the domestic violence against women: an analysis of the gender perspective. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 18, n. 2, p. 151-159, 2009.

- *ABSTRACT: The matrimonial violence against women is one in the ways of materialization of the structural violence enrolled in the dominance-exploration system ruled in the capitalism, patriarchy and racism. In this work, fruit of the doctorate theory defended in 2008 in the Program of Masters degree of UNESP/Franca, some of the strategies of facing that complex phenomenon were analyzed, having as analytical cutting the operationalization of the public health professionals' actions. The objective of this study was to analyze the way of thinking and acting of professionals that work with public health, concerning the matrimonial violence against women. The qualitative approach was used making possible conditions for the understanding of the world vision as immanent to the actions of the social subjects, which was focus of this research. We have opted for some instruments of data collection, such as the participant observation, the interview and the documental analysis. Regarding the answers of the subjects of the research, these happened in a complex and contradictory way. Those workers' interventions did not emphasize the need of overcoming the dominance-exploration based in class, ethos/race and patriarchy, what implicated in the non-facing of*

the matrimonial domestic violence and in the non-service of the actual demands presented by the women that suffer it. We have also come across some subjects that demonstrated an attempt of breaking the patriarchal vision, though, they did not get to establish connections with a wider analysis of the social reality and, this way, they did not overcome a tendentiously masculine vision.

- **KEYWORDS:** *gender. domestic violence. public health. professional actions.*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAVO, M. I. S., et al. (Orgs.) *Saúde e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BERTANI, I. F. Saúde, sofrimento e sociedade. *Revista Serviço Social e Realidade*. Franca, v. 15, n. 1, p. 131-158, 2006.

BRAVO, M. I. S. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. et al. *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: OMS, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre. v. 2, p. 5-22, 1990.

SCHRAIBER, L. B; D´OLIVEIRA, A. F. L. P. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. *Revista Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 3, n. 5, p. 11-26, 1999.

Artigo recebido em 08/2009. Aprovado em 10/2009.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 151-159, 2009